Ata da 11ª Reunião Ordinária da Sessão Legislativa de 2025 da Câmara Municipal de Pará de Minas. No primeiro dia do mês de abril de 2025, à hora regimental, devidamente convocados, compareceram ao Plenário 15 vereadores que subscreveram o livro de presença, ausentes, justificadamente, o vereador presidente, Délio Alves Ferreira, e o vereador Cristiano Fernandes da Silva. A reunião foi presidida pelo vice-presidente, vereador Leonardo Xavier Assunção Silva. A ata da reunião realizada no dia 25 de março de 2025 foi aprovada sem restrições. **LEITURA DE PARECERES:** Comissão de Legislação e Justiça: Parecer à Subemenda nº 1 e à Emenda nº ao Projeto de Lei nº 17/2025. Comissão de Educação, Cultura e Esporte: Parecer ao Projeto de Lei nº 17/2025 e à respectiva Emenda nº 1 a esse projeto. Comissão de Obras, Serviços Públicos Municipais e Meio Ambiente: Parecer ao Projeto de Lei nº 11/2025. Comissão de Segurança Pública, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor: Parecer ao Projeto de Lei nº 11/2025. **DISCUSSÃO DE PROJETOS**: Foram aprovados por 14X00 em 1ª e em 2ª votação: **Projeto de Lei nº 11/2025**, de autoria do vereador Sérgio Martins Vargas – Dispõe sobre a comprovação da origem dos materiais recicláveis em cobre, bronze, chumbo e outros metais, e sobre o cadastro dos fornecedores (foi aprovada por 14X00 a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 11/2025. **Projeto de Lei nº 17/2025**, de autoria do Executivo – Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Esporte do Município de Pará de Minas (foram aprovadas por 14X00 a Emenda nº 1 e a Subemenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 17/2025. **TRIBUNA LIVRE:** Fizeram uso da tribuna: Bruno Artur Martins Moller, que falou sobre respeito ao trabalho prestado por motoristas de aplicativo e demandas da categoria; Geraldo Teixeira Duarte, que falou sobre o Instituto Paraprev; Ana Luisa Costa Mendonça, que falou sobre tombamento da antiga casa de Padre Libério. **ORADORES INSCRITOS: Camila Gonçalves Araújo:** fez considerações sobre o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, celebrado em 2 de abril, ressaltando a importância da data tanto para comemoração dos avanços na inclusão quanto para reflexão sobre os desafios ainda existentes, mencionou dificuldades enfrentadas, como a redução do

número de professores de apoio, a emissão da carteirinha de identificação da criança com autismo e o descumprimento de leis que protegem esse público, pontuou a necessidade de fiscalização da legislação municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício com estampido, destacando que tal prática afeta crianças autistas com hipersensibilidade auditiva, defendeu que a lei deve ser respeitada por todos, independentemente da instituição ou evento, mencionou o trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência da APAE e pela Associação Bem Viver no acolhimento e atendimento a pessoas com autismo e suas famílias, pediu o apoio de todos a pessoas e famílias com pessoas com deficiência; fez referência ao mês de conscientização contra os maus-tratos aos animais, informando que, em abril, junto à Guarda Municipal, promoverá ações educativas, como *blitz* de conscientização e palestras em escolas, destacou sua atuação como protetora independente e afirmou que busca não apenas cobrar do Executivo, mas também participar ativamente das iniciativas de conscientização. **Vereador Carlos Eduardo Cançado Melo Franco:** fez considerações sobre descarte irregular de lixo na estrada que liga a rodovia MG-431 à comunidade de Barro Preto, mencionando reunião com o secretário de Meio Ambiente, a Guarda Civil, produtores rurais e moradores da região para buscar soluções, apontou a necessidade de medidas conjuntas para evitar a recorrência do problema; mencionou visita, junto ao vereador Lucas, às obras de asfaltamento da estrada de Bom Jesus do Pará a Córrego do Barro, destacando a importância da fiscalização para garantir a qualidade da base da pavimentação; pontuou a situação do campo de Meireles, relatando que a erosão no talude pode comprometer a estrutura do local, sugeriu uma ação conjunta entre as secretarias de Meio Ambiente e Esporte para evitar danos futuros e custos adicionais; fez referência ao "Abril Verde", iniciativa do governo estadual voltada à proteção do direito à propriedade privada em Minas Gerais. **Vereador Lucas Henrique da Silva:** relatou que esteve na rua Padre Zanor, no bairro Dom Bosco, a convite de moradores, fez considerações sobre a situação do trânsito nessa via, relatando preocupação dos moradores diante de sucessivos acidentes fatais no local,

apontou a falta de sinalização e de dispositivos de segurança, como quebra-molas e placas, como agravantes do problema, mencionou que a comunidade solicita medidas urgentes da Prefeitura, por meio da Gerência de Trânsito e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e que os moradores estão dispostos a mobilizar a imprensa e acompanhar as reuniões da Câmara para reivindicar soluções, pediu atenção emergencial dos órgãos competentes do Executivo à demanda; pontuou a necessidade de atenção às demandas da zona rural e relatou dificuldades enfrentadas para conseguir a limpeza do campo de futebol de Ascensão, informou que, apesar de reiteradas solicitações desde janeiro, a manutenção do local não foi realizada pela Secretaria de Esportes, cabendo ao secretário de Agronegócio e Meio Ambiente, junto a dois funcionários, iniciar a roçada do campo por conta própria; criticou a demora na prestação de serviços essenciais e questionou a efetividade de secretarias que não conseguem atender demandas básicas da população. **Vereador Geraldo Magela de Almeida:** fez considerações sobre o Projeto de Lei nº 18/2025, de sua autoria, que institui o Programa de Disponibilização de Equipamentos de Apoio à Mobilidade e Cuidados no município de Pará de Minas, aprovado na semana anterior, pontuou que houve um equívoco de sua parte ao não observar a existência de um projeto semelhante de 2020, ressaltou que a Procuradoria da Câmara cumpriu seu papel de forma opinativa e não cometeu erro, mencionou que o programa, se sancionado, funcionará, pois ele acompanhará sua implementação, o vereador também fez considerações sobre a forma como a informação foi divulgada por determinados meios de comunicação, defendendo que é necessário ouvir os dois lados antes de qualquer julgamento, agradeceu à Rádio Santa Cruz e ao Portal Divera por o procurarem e à procuradoria para mostrar os dois lados da informação; mencionou sua participação no lançamento da Associação "Por Elas" e comentou sobre a necessidade de melhorar a comunicação dentro da Prefeitura, citou a situação de sessenta e cinco servidores municipais que podem ser desligados em razão de determinação do Supremo Tribunal Federal, defendeu que a Prefeitura deve dialogar diretamente com os afetados, promovendo reuniões para

esclarecimentos e buscando alternativas para evitar prejuízos aos trabalhadores, ressaltou a importância de empatia e respeito na condução do assunto e reforçou que a Câmara Municipal está ao lado dos servidores, comprometida em lutar por seus direitos; finalizou reafirmando que o Legislativo deve atuar com transparência e responsabilidade, garantindo respeito aos cidadãos. **Vereadora Márcia Flávia Marzagão Albano:** fez considerações sobre recente decisão do Supremo Tribunal Federal e suas consequências para servidores municipais contratados por meio de edital há 18 anos, pontuou que, à época, fez tudo ao seu alcance para evitar a situação atual e manifestou preocupação com os afetados, citou trecho de acórdão do Tribunal de Justiça que aponta má governança legislativa na conversão de contratos temporários em cargos estatutários sem observância da Constituição, mencionou que a Câmara foi intimada no processo e não se manifestou juridicamente, ressaltando que a aprovação da legislação ocorreu mesmo com a ciência de sua inconstitucionalidade, afirmou que a responsabilidade pelo problema é do Legislativo, que aprovou a lei, destacou a necessidade de união para minimizar os impactos da decisão, pontuou que a transição dos servidores para o INSS traz dificuldades adicionais, como interferências no tempo de contribuição e na aposentadoria, chamou a atenção para a importância de decisões fundamentadas juridicamente e para a necessidade de considerar os impactos diretos na vida das pessoas ao votar matérias legislativas, ainda que seja em um momento político, finalizou defendendo que, embora a Câmara não tenha mais o poder de reverter a situação, deve buscar, em conjunto com o Executivo, alternativas que atenuem os prejuízos enfrentados pelos servidores. **Vereador Marcílio Magela de Souza:** pontuou que não entende que a responsabilidade pelo resultado da votação do projeto de lei de anos anteriores, dispondo sobre a transformação de cargos na área da saúde, recai integralmente sobre os vereadores, ressaltando que, à época, os vereadores tinham ciência de possíveis questionamentos futuros, mas acreditavam estar solucionando a questão conforme a vontade da população presente na sessão de votação, sendo que o projeto foi aprovado por unanimidade, por dezesseis votos

favoráveis, pontuou que a Prefeitura deveria ter informado previamente os servidores sobre a situação e mencionou que buscou esclarecimentos junto ao jurídico da Câmara, sem obter resposta definitiva, pontuou a necessidade de união entre os vereadores e os setores jurídicos da Câmara e da Prefeitura para buscar alternativas, registrou que ainda não obteve informações concretas sobre a reunião com a promotora e que aguarda retorno sobre possíveis encaminhamentos, enfatizou a preocupação com os servidores que, após tantos anos de trabalho, enfrentam a incerteza da perda do emprego. O vereador agradeceu ao secretário de Obras, André, pela execução de serviços de asfaltamento, mencionando serviços realizados próximos à UPA e em outras vias, destacou a atuação do secretário no atendimento às demandas da Câmara e reafirmou o papel do vereador como o político mais próximo da população. **Vereador Gladstone Correa Dias:** fez considerações sobre a situação dos sessenta e cinco servidores municipais afetados pela decisão citada do Supremo Tribunal Federal, mencionou que participou de reunião com os trabalhadores e percebeu a grande preocupação deles, pontuou que, na votação realizada há dois anos, a decisão foi tomada diante da expectativa de contribuir para a solução do problema, mas que o cenário atual exige uma nova abordagem, citou o histórico do concurso realizado em 2007, observando que muitos candidatos vieram de outras cidades e estados em busca de estabilidade, apontou a necessidade de buscar uma solução para evitar prejuízos aos servidores e informou que a Câmara aguarda posicionamento do Ministério Público e dos jurídicos do Executivo e do Legislativo; fez considerações sobre a iluminação pública na cidade, informando que 60% da cidade já conta com lâmpadas de *led*, incluindo alguns distritos, relatou que há uma licitação em andamento na ordem de um milhão e meio de reais para ampliação da rede elétrica, beneficiando diversos pontos do município, mencionou que a troca de lâmpadas queimadas, antes problemática devido à atuação da empresa terceirizada anterior, está normalizada; registrou eventos recentes alusivos ao Mês da Mulher, destacando a realização de dois encontros: um promovido pela vereadora Irene em parceria com a Procuradoria da Mulher e o Conselho Municipal

dos Direitos da Mulher, e outro organizado pelas vereadoras Camila e Márcia, reunindo parlamentares da região, parabenizou as vereadoras pela iniciativa e pela valorização da mulher no Legislativo. **Vereadora Irene Susana da Silva Melo Franco:** fez considerações sobre a situação dos sessenta e cinco servidores municipais afetados pela decisão citada do Supremo Tribunal Federal, registrou que foi realizada reunião no dia anterior, promovida pela Comissão de Saúde, que contou com muitos servidores, os quais expuseram suas preocupações, citou o parecer jurídico emitido na época pela Procuradoria da Casa apontando a inconstitucionalidade da medida, pontuou que a votação do projeto foi unânime, por dezesseis votos a zero, por questão política, registrou que a Câmara não é parte no processo judicial, mas teve espaço para manifestação, relatou que foi passada a informação de que os servidores foram exonerados e readmitidos como efetivos, que ela foi uma das pessoas que sugeriu a realização de uma reunião no plenário da Câmara com todos os envolvidos, o que não ocorreu, pontuou que os servidores solicitam que eles voltem ao estado inicial, caso contrário, irão perder muito, e que a situação é crítica, afirmou estar aberta a buscar soluções para o caso junto ao jurídico do Legislativo e do Executivo; falou sobre requerimento de sua autoria, solicitando providências do Executivo em relação aos banheiros localizados no prédio da antiga rodoviária, pediu ao Executivo que empenhe esforços para que os banheiros sejam reformados, registrou que outros vereadores também apresentaram pedidos semelhante; parabenizou as vereadoras Camila e Márcia pela realização do primeiro encontro de vereadoras da região, falou sobre a importância do evento para a troca de experiências e fortalecimento da participação feminina na política, mencionou desafios enfrentados pelas mulheres nesses espaços e compartilhou reflexão sobre a necessidade de ampliar a presença feminina na política para gerar mudanças significativas. **Vereador Leandro Guimarães Vieira:** falou sobre requerimento de sua autoria solicitando à Secretaria de Obras a recuperação do passeio na rua Pequi, saída para a MG-431, próximo à Retífica Paraense, ressaltando a necessidade de segurança para pedestres, trabalhadores e estudantes

que utilizam o trecho, mencionou também o Requerimento nº 833, de mesma natureza, referente à escadaria no Bairro Castelo Branco, que se encontra em condições precárias; fez considerações sobre descarte irregular de entulhos na estrada da comunidade de Barro Preto, relatando reunião realizada com o secretário Kennedy, o vereador Carlos Eduardo Cançado Melo Franco e moradores da região, enfatizou que a solução para o problema passa por mudança de comportamento da população e aplicação de multas, pois, segundo sua visão, a conscientização sozinha não tem sido eficaz, informou que, na reunião, foi proposta a instalação de câmeras no local para facilitar a identificação dos infratores, enquanto se aguarda a chegada do programa *Olho Vivo*; agradeceu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, na pessoa da arquiteta Karina, e ao secretário de Educação, Marco Aurélio, que recentemente estiveram na Escola Municipal Dona Cotinha para avaliação de uma mudança na arquitetura da quadra visando melhorar a circulação e o conforto térmico para alunos e projetos desenvolvidos no local, pontuou que o projeto já foi entregue ao secretário de Educação e que a comunidade escolar aguarda a realização da obra, comprometeu-se a acompanhar e cobrar sua execução. **Vereador Vinícius Alves de Menezes:** apontou melhorias em diversas questões na cidade, pontuando, em seguida, se tratar de "1º de abril" e que tais melhorias ainda não foram realizadas, cobrando providências do Executivo; expressou indignação quanto a respostas de requerimentos enviados à Prefeitura, relatando dificuldades na obtenção de documentos e informações completas, citou como exemplo um pedido de cópias de contratos do município com o ICISMPE desde 2020, cuja resposta incluiu apenas contratos ativos, e outro requerimento sobre recapeamento viário, que recebeu uma resposta evasiva, defendeu a necessidade de informatização para maior transparência e eficiência na gestão pública; abordou a situação da Associação Bem Viver, que atende jovens e adultos autistas há oito anos sem recursos públicos, informando sobre uma emenda parlamentar destinada à entidade, destacou a necessidade de incluí-la na lei de subvenções municipais e pediu apoio da Câmara para viabilizar o repasse; tratou da

limpeza urbana, explicando que tem acompanhado o cronograma de atuação das equipes e reforçando a preocupação com a demora na execução dos serviços; ressaltou que a cidade continua com muitas ruas sujas e cobrou soluções da administração, sugerindo a ampliação da equipe de limpeza por meio de novas contratações ou terceirizações. **VOTAÇÃO DE REQUERIMENTOS:** Foram aprovados por 14X00 os requerimentos nºs 817 a 821, 823 a 827, 831 a 841, 843 a 850, 853 a 857, 859, 861, 862 a 873, 875 e 876/2025. 874 e 822/2025, dos cidadãos Ana Luisa Costa Mendonça e Bruno Artur Martins Coler, solicitando o uso da tribuna em caráter de urgência. Requerimento de voto de pesar: do vereador Gladstone Correa Dias pelo falecimento de Vera Lúcia Queiroz Duarte. **ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO SEGUINTE:** Constará dos projetos de lei com os pareceres das comissões e dos requerimentos que forem apresentados na sessão. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão, convocando a próxima reunião ordinária para terça-feira, 8 de abril de 2025, à hora regimental. E, para constar, lavrou-se esta ata que, depois de lida e achada conforme, se submeterá à apreciação da Casa.